



## **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**

### **RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº. 06/2018/TCM-PA, de 20 de março de 2018.**

**EMENTA:** REGULAMENTA O ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM, JUNTO AOS JURISDICIONADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017 – IEGM 2018.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do **art. 2º, inciso II, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º c/c art. 14, incisos V e XIX, ambos do Ato nº 16/2013, com as alterações determinadas pelos Atos nº 17, 18 e 19 (RITCM-PA)**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

**CONSIDERANDO** o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública, de sua competência, conforme os Artigos 70 e 71, Inciso IV, da Constituição Federal e Artigos 115 e 116, Inciso IV, da Constituição Estadual;

**CONSIDERANDO** a necessidade de alcançar melhores parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade nos resultados de fiscalização do TCM-PA, alinhados ao Plano Estratégico 2015/2030 e a ação do Plano Gestor do biênio 2017/2018 do TCM-PA;

**CONSIDERANDO** que a missão do Tribunal de Contas é orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade;

**CONSIDERANDO**, ainda, que a gestão pública transparente e orientada para o atendimento à população é prática democrática de estímulo ao exercício da cidadania, no que está assentada a missão institucional desta Corte de Contas, com o objetivo de assegurar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, sob os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e moralidade, exercida mediante o Controle Externo da Administração Pública, com a finalidade precípua de aperfeiçoar o Estado brasileiro;

**CONSIDERANDO**, por fim, a adesão deste TCM-PA ao Acordo de Cooperação Técnica e Operacional n.º 001/2016, celebrado em conjunto com o Instituto Rui Barbosa (IRB); Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), que dispõe sobre o estabelecimento da Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON, com finalidade de compartilhar instrumentos de medição do desempenho da gestão pública brasileira, boas práticas e conhecimento deles advindos na avaliação da gestão pública, bem como auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo controle externo.

**RESOLVE:** APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM, JUNTO AOS JURISDICIONADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017 – IEGM 2018, NOS SEGUINTE TERMOS:

  
1 | 3



## **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**

**Art. 1º.** Ficam definidos, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM- PA, os parâmetros finalísticos destinados a evidenciar o desempenho da gestão pública municipal, cuja composição integrará o Índice de Efetividade de Gestão Municipal – IEGM/TCM-PA 2018, que servirá de subsídio à ação fiscalizatória do controle externo.

**Art. 2º.** O IEGM/TCM-PA 2018 será apurado, mediante aplicação de questionário próprio, contemplando múltiplas visões acerca da gestão pública municipal.

**§1º.** As dimensões do serviço municipal que serão analisadas em 2018, referem-se ao exercício financeiro de 2017, e constam do questionário dos indicadores setoriais, cujo objetivo é situar o grau de efetividade da gestão dos Municípios jurisdicionados e seus impactos na vida dos cidadãos.

**§2º.** Relativamente ao exercício financeiro de 2017 (IEGM 2018), o questionário será composto por 07 (sete) indicadores setoriais, destacadamente:

I - Educação;

II - Saúde;

III - Planejamento;

IV - Gestão Fiscal;

V - Meio Ambiente;

VI - Proteção dos Cidadãos;

VII - Governança da Tecnologia da Informação.

**Art. 3º.** O questionário relativo ao IEGM/TCM-PA deverá ser respondido, obrigatoriamente, pelo jurisdicionado, na forma e prazo estabelecidos por esta Resolução, ou através de ato próprio, que estabelecerá o calendário anual, para os exercícios futuros.

**§1º.** Relativamente ao exercício financeiro de 2017 (IEGM 2018), os jurisdicionados deverão responder ao questionário IEGM/TCM-PA até o dia 15/05/2018.

**§2º.** Os jurisdicionados deverão indicar um servidor, de preferência do Controle Interno Municipal, para ser o responsável pelo preenchimento e/ou buscar informações, junto aos demais setores a que se referem os questionários e envia-los ao TCM-PA.

**§3º.** Os questionários não serão utilizados na apreciação das contas anuais dos jurisdicionados, portanto não terá caráter punitivo, apenas declaratório, constituindo-se como instrumento de medição do desempenho da Gestão Pública Municipal, no âmbito do Estado do Pará e perante a realidade brasileira.

**§4º.** Para fins de validação dos questionários, as respostas encaminhadas pelos gestores públicos poderão ser confrontadas com os dados e informações por eles declarados no Sistema E-Contas ou junto às outras bases de dados públicos disponíveis, ou ainda verificadas *in loco* por equipe de auditoria do TCM-PA.



## Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

**Art. 4º.** Encerrada a apuração do IEGM/TCM-PA, o Tribunal de Contas divulgará os resultados sistematizados, de forma a possibilitar uma avaliação individualizada e geral, considerando o conjunto dos seus jurisdicionados.

**§1º.** Caberá à Diretoria de Planejamento - DIPLAN/TCM-PA a coordenação do IEGM/TCM-PA e, com o apoio de técnicos da Diretoria de Informática e das Controladorias deste Tribunal de Contas, que serão os responsáveis pela análise dos dados, pela elaboração dos respectivos relatórios técnicos, assim como a responsável pela interlocução necessária com os Órgãos Gestores da Rede Nacional de Indicadores Públicos - REDE INDICON e pelo contato e coleta dos dados municipais.

**§2º.** Os dados obtidos serão compartilhados com os demais integrantes da REDE INDICON a fim de integrar a base de dados de âmbito nacional.


**§3º.** O resultado do questionário será apresentado em faixas e por grau qualitativo de efetividade.

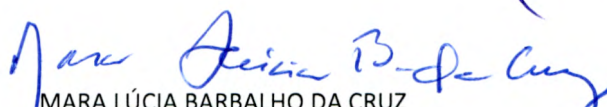
**Art. 5º.** O TCM-PA disponibilizará no seu site na Internet uma página dedicada ao IEGM/TCM-PA, que conterá todas as informações sobre este Índice, canais de comunicação para dirimir dúvidas, e especificamente, para o servidor municipal, que receberá informações para o preenchimento do questionário do IEGM/TCM-PA.

**Art. 6º.** O descumprimento do envio das informações a serem prestadas através deste ato normativo, no prazo e forma, acima estabelecidos, acarretará na penalidade de multa, de até 16.500 (dezesseis mil e quinhentas) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF-Pa), nos termos previstos pelo art. 71, inciso I c/c art. 72, incisos V e VII, da Lei Complementar n.º 109/2016 e art. 282, inciso II, alínea "b" e inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCM-PA (Ato n.º 16/2013, com as alterações determinadas pelos Atos n.º 17, 18 e 19).

**Art. 7º.** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 20 de março de 2018.

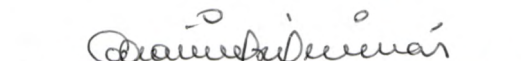
  
LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR  
Conselheiro / Presidente

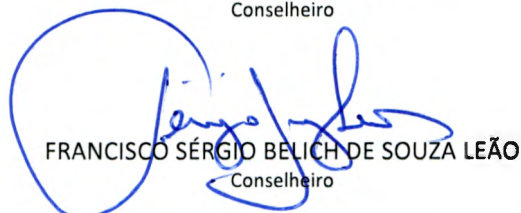
  
MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ  
Conselheira / Vice-Presidente

JOSÉ CARLOS ARAÚJO  
Conselheiro / Corregedor

  
ALOÍSIO AUGUSTO LOPES CHAVES  
Conselheiro / Ouvidor

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES  
Conselheiro

  
ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES  
Conselheiro

  
FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO  
Conselheiro